REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PROPOSTA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

PROPOSAL FOR PHARMACEUTICAL CARE IN A LONG-TERM CARE INSTITUTION FOR OLDER ADULTS IN THE INTERIOR OF MINAS GERAIS

PROPUESTA DE ATENCIÓN FARMACÉUTICA EN UNA INSTITUCIÓN DE LARGA ESTANCIA PARA PERSONAS MAYORES EN EL INTERIOR DE MINAS GERAIS

Flora Fonseca Ravaiano[1], Lívia de Miranda Silva[1], Dolhavan Jhonathan C. Barsante[2], Marcelo de Paula Lima[3]

e737351
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i3.7351

PUBLICADO: 03/2026

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro tem intensificado a demanda por cuidados em saúde em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especialmente no que se refere à gestão segura de medicamentos, diante da elevada prevalência de doenças crônicas e da polifarmácia. Nesse contexto, o estudo teve como objetivo elaborar uma proposta de assistência farmacêutica para uma ILPI do interior de Minas Gerais, visando otimizar a gestão do ciclo do medicamento e promover o uso racional. Trata-se de uma pesquisa de prática aplicada, desenvolvida entre março e novembro de 2025 por discentes do curso de Farmácia, sob supervisão docente. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico situacional da gestão de medicamentos por meio de *checklist* baseado nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A partir dos achados, foram propostas melhorias nos processos de armazenamento, controle de estoque e administração de medicamentos, além da elaboração de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) e de relatório técnico. Os resultados evidenciaram fragilidades relacionadas à ausência de padronização, controle de validade, rastreabilidade, fracionamento adequado e gerenciamento de resíduos, aspectos comuns em instituições com recursos limitados. A proposta mostrou-se viável e com potencial para melhorar a segurança do uso de medicamentos, reduzir desperdícios, minimizar erros e fortalecer a organização institucional. Conclui-se que a implementação gradual de práticas de assistência farmacêutica, mesmo na ausência de farmacêutico em tempo integral, contribui para a qualidade do cuidado e para a segurança dos idosos institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência farmacêutica. Instituição de Longa Permanência para Idosos. Uso racional de medicamentos.

ABSTRACT

Population aging in Brazil has intensified the demand for healthcare in Long-Term Care Institutions for Older Adults (LTCIs), particularly regarding the safe management of medications, given the high prevalence of chronic diseases and polypharmacy. In this context, the study aimed to develop a pharmaceutical care proposal for an LTCI located in the interior of Minas Gerais, Brazil, seeking to optimize medication cycle management and promote rational drug use. This applied practice

[1] Graduanda em Farmácia pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP), Ponte Nova – MG (Brasil).
[2] Farmacêutico, licenciado em Física, Química e Pedagogia, com Mestrado em Ensino de Ciências pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorando em Psicologia na Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES), na Argentina. Professor na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e professor/coordenador adjunto do Curso de Farmácia na Faculdade Dinâmica.
[3] Graduado em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/BH (2001), graduado em Farmácia pelo Centro Universitário Newton Paiva/BH (2007), especialista em Vigilância Sanitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011) e mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Viçosa (2018).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

research was conducted between March and November 2025 by undergraduate pharmacy students under faculty supervision. Initially, a situational diagnosis of medication management was performed using a checklist based on regulations issued by the Brazilian Health Regulatory Agency (ANVISA). Based on the findings, improvements were proposed in medication storage, inventory control, and administration processes, as well as the development of Standard Operating Procedures (SOPs) and a technical report. The results revealed weaknesses related to the lack of standardization, expiration date control, traceability, appropriate medication fractioning, and waste management, which are common in resource-limited institutions. The proposed intervention proved to be feasible and showed potential to improve medication safety, reduce waste, minimize errors, and strengthen institutional organization. It is concluded that the gradual implementation of pharmaceutical care practices, even without a full-time pharmacist, significantly contributes to the quality of care and safety of institutionalized older adults.

KEYWORDS: *Pharmaceutical care. Long-Term Care Institution for Older Adults. Rational drug use.*

RESUMEN
El envejecimiento poblacional brasileño ha intensificado la demanda de atención en salud en las Instituciones de Larga Estancia para Personas Mayores (ILEPM), especialmente en lo que respecta a la gestión segura de medicamentos ante la elevada prevalencia de enfermedades crónicas y la polifarmacia. En este contexto, el estudio tuvo como objetivo elaborar una propuesta de atención farmacéutica para una ILEPM del interior de Minas Gerais, con el fin de optimizar la gestión del ciclo del medicamento y promover el uso racional. Se trata de una investigación de práctica aplicada, desarrollada entre marzo y noviembre de 2025 por estudiantes de Farmacia bajo supervisión docente. Inicialmente, se realizó un diagnóstico situacional de la gestión de medicamentos mediante checklist basado en normativas de la Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA). A partir de los hallazgos, se propusieron mejoras en almacenamiento, control de inventarios y administración de medicamentos, además de la elaboración de Procedimientos Operativos Estándar (POE) y un informe técnico. Los resultados evidenciaron fragilidades relacionadas con la ausencia de estandarización, control de caducidad, trazabilidad, fraccionamiento adecuado y gestión de residuos, comunes en instituciones con recursos limitados. La propuesta se mostró viable y con potencial para mejorar la seguridad en el uso de medicamentos, reducir desperdicios, minimizar errores y fortalecer la organización institucional. Se concluye que la implementación gradual de prácticas de atención farmacéutica, incluso sin farmacéutico a tiempo completo, contribuye a la calidad de la atención y a la seguridad de las personas mayores institucionalizadas.

PALABRAS CLAVE*: Atención farmacéutica. Institución de Larga Estancia para Personas Mayores. Uso racional de medicamentos.*

INTRODUÇÃO

A população idosa no Brasil tem crescido significativamente nos últimos anos, registrando um aumento de 57,4% no número de pessoas com 65 anos ou mais entre 2010 e 2022. Em 2024, os idosos representam 15,8% da população total do país, correspondendo a aproximadamente 32,1 milhões de indivíduos (Brasil, 2024). Esse crescimento demográfico demanda maior atenção aos cuidados de saúde, especialmente em instituições de longa permanência para idosos (ILPI), como asilos, onde a gestão de medicamentos apresenta desafios constantes (De Oliveira, 2010).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Com o passar dos anos, a taxa de envelhecimento da população brasileira tem aumentado, intensificando a necessidade de atenção às questões econômicas, sociais e de saúde dos idosos, especialmente devido ao comprometimento de suas capacidades físicas e cognitivas. Nesse contexto, surge a incerteza sobre as condições adequadas de cuidado, levando muitas famílias a optar pela inserção dos idosos em ILPIs (Fermentão; Thomazini; Baldasi, 2022). De acordo com Camarano e Kanso (2010), as ILPIs são instituições governamentais ou não governamentais destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania, assumindo papel fundamental na oferta de cuidados integrais.

Os idosos têm uma necessidade crescente de uso de medicamentos devido à alta prevalência de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, que demandam tratamento contínuo e específico (Lima-Costa *et al.,* 2003). Contudo, com o avanço da idade, é comum o uso concomitante de múltiplos medicamentos, fenômeno conhecido como polifarmácia. Nessas situações, o uso irracional dos medicamentos pode resultar em reações adversas e interações medicamentosas, comprometendo tanto a eficácia quanto a segurança das terapias (Oliveira, 2008).

As ILPIs frequentemente enfrentam limitações na gestão desses medicamentos, incluindo a falta de pessoal qualificado para administrá-los e monitorar seu uso adequado, o que pode resultar em erros de dosagem e interações medicamentosas (Guttier *et al.,* 2023). A organização inadequada dos medicamentos contribui ainda para problemas de adesão terapêutica, aumentando o risco de complicações e comprometendo a eficácia dos tratamentos. Diante disso, torna-se essencial a implementação de sistemas eficientes de organização e gestão farmacêutica nestas instituições, garantindo a saúde e a segurança dos idosos por meio do uso racional e seguro dos medicamentos (Silva Lisboa, 2020).

Nesse contexto, a assistência farmacêutica se destaca como uma área essencial para assegurar a qualidade dos tratamentos. Ela compreende um conjunto de ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, com foco na gestão e no uso racional de medicamentos. A assistência farmacêutica envolve um ciclo composto por sete etapas fundamentais: seleção, programação, aquisição, armazenagem, distribuição, prescrição e dispensação. Cada etapa desempenha um papel estratégico para garantir a eficácia, segurança e economicidade no uso dos medicamentos (Brasil, 2004).

Embora muitas ILPIs não disponham de recursos suficientes para manter uma equipe multiprofissional completa, a presença do farmacêutico pode representar um diferencial significativo na qualidade da assistência. Entre suas contribuições, destaca-se a garantia do armazenamento adequado dos medicamentos, pois condições inadequadas — como exposição ao calor, à umidade ou à luz — podem provocar alterações físico-químicas e microbiológicas,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

comprometendo a estabilidade do medicamento mesmo antes do prazo de validade (Piveta, *et al.,* 2015).

O farmacêutico ainda promove a individualização das terapias, o monitoramento contínuo de interações medicamentosas e a prevenção de eventos adversos, além de auxiliar na implementação de práticas organizacionais, como a padronização de horários e a revisão periódica das prescrições, essenciais para garantir a segurança dos residentes e a eficiência operacional da instituição (Almeida; Ferreira, 2022; Gonçalves; Souza, 2021).

Estudos realizados por Correr, Otuki e Soler (2011) reforçam a importância da assistência farmacêutica integrada ao cuidado em saúde, especialmente na gestão clínica de medicamentos, contribuindo para a redução de erros e a promoção do uso racional. De forma semelhante, Simone, Vale e Brito (2021) destacam os desafios enfrentados em instituições com recursos humanos e estruturais limitados, evidenciando a necessidade da integração efetiva do farmacêutico nas equipes de saúde para a melhoria dos resultados terapêuticos.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo elaborar uma proposta de assistência farmacêutica a ser aplicada em uma ILPI no interior de Minas Gerais, visando a otimização no processo de gestão dos medicamentos. Especificamente, pretende-se realizar um diagnóstico inicial da gestão de medicamentos, identificando possíveis falhas e não conformidades no processo; desenvolver um sistema logístico que garanta o armazenamento adequado e o controle eficiente dos medicamentos; elaborar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para padronizar as práticas relacionadas ao manejo de medicamentos.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Envelhecimento da população e a importância da assistência farmacêutica nas ILPIs

Com o passar dos anos, a taxa de envelhecimento da população brasileira tem aumentado, intensificando a necessidade de atenção às questões econômicas, sociais e de saúde dos idosos, especialmente devido ao comprometimento de suas capacidades físicas e cognitivas. Nesse contexto, surge a incerteza sobre as condições adequadas de cuidado, levando muitas famílias a optar pela inserção dos idosos em ILPIs (Fermentão; Thomazini; Baldasi, 2022).

De acordo com Camarano e Kanso, “para a Anvisa, ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas em domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania” (Camarano; Kanso, 2010, p. 234). As autoras destacam a importância destas instituições para a sociedade, visando o bem-estar dos residentes, através de propostas de lazer, consultas médicas, administração de medicamentos, alimentação, higiene e outros cuidados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Com o avanço da idade, os idosos frequentemente enfrentam mudanças em seu organismo que os levam ao uso concomitante de múltiplos medicamentos, fenômeno conhecido como polifarmácia. Nessas situações, o uso irracional de medicamentos pode resultar em reações adversas e interações medicamentosas, comprometendo tanto a eficácia quanto a segurança das terapias (Oliveira, 2008).

Nesse contexto, a assistência farmacêutica pode contribuir para melhoria na qualidade de vida desses pacientes:

> A Assistência Farmacêutica trata de um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletivo, tendo o medicamento como insumo essencial e visando o acesso e ao seu uso racional. Este conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população (Brasil, 2004).

A assistência farmacêutica abrange um ciclo composto por sete etapas fundamentais: 1) seleção - envolve a identificação e escolha dos medicamentos essenciais com base em critérios de eficácia, segurança e custo-benefício; 2) programação - estima a quantidade necessária de medicamentos para um determinado período e demanda; 3) aquisição - processo de compra, garantindo a qualidade e o melhor custo; 4) armazenagem - assegura que os medicamentos sejam mantidos em condições adequadas de temperatura, umidade e organização para preservar sua integridade; 5) distribuição - entrega eficiente e segura dos medicamentos aos pontos de uso, como hospitais e unidades de saúde; 6) prescrição - define o fármaco a ser utilizado, com tempo de uso e dosagem, por meio da receita médica e/ou farmacêutica; 7) dispensação - consiste no fornecimento dos medicamentos aos pacientes, momento em que o farmacêutico oferece atenção farmacêutica, orientando sobre o uso correto, possíveis interações e monitorando os resultados terapêuticos, além de identificar reações adversas e problemas relacionados ao uso dos medicamentos (Brasil, 2004).

Um dos aspectos cruciais no ciclo da assistência farmacêutica é o armazenamento adequado de medicamentos. O armazenamento inadequado, como em locais quentes, úmidos ou expostos à luz direta, pode causar alterações na composição dos fármacos, seja física, química ou microbiológica (Piveta; Silva; Guidoni; Girotto, 2015). Essas condições comprometem a estabilidade do medicamento, afetando sua vida útil, mesmo que o prazo de validade não tenha sido atingido.

2. MÉTODOS

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa de prática aplicada, centrada na identificação de problemas e na proposição de soluções para desafios específicos em contextos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

reais, contribuindo para a melhoria das práticas institucionais e da qualidade do cuidado (Gil, 2008). No contexto deste estudo, buscou-se analisar e propor adequações na gestão de medicamentos em uma ILPI localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais, oferecendo recomendações práticas e viáveis para otimizar processos de armazenamento, controle e administração dos medicamentos.

O estudo foi desenvolvido por uma equipe de estudantes do curso de Farmácia da Faculdade Dinâmica, supervisionada por um farmacêutico docente, e envolveu as seguintes etapas: diagnóstico inicial da situação atual da gestão de medicamentos na ILPI, proposição de melhorias na logística de armazenamento e controle de estoque e elaboração de POPS.

O trabalho foi desenvolvido entre os meses de março e novembro de 2025, iniciando-se com um diagnóstico completo da gestão de medicamentos na instituição. Para isso, foi aplicado um *checklist* intitulado “Diagnóstico Inicial da Gestão de Medicamentos na ILPI” elaborado especificamente para este estudo, baseado em informações de manuais técnicos e resoluções oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Esse instrumento permitiu avaliar de forma detalhada as condições de armazenamento, controle, organização e administração de medicamentos, bem como a padronização dos processos e a capacitação da equipe.

Após o diagnóstico e a análise das informações coletadas, foi elaborado o “Relatório de Adequações para a Gestão Segura de Medicamentos na ILPI”, reunindo orientações técnicas e operacionais para apoiar a melhoria dos processos de armazenamento, controle e administração de medicamentos. Em complemento, foram desenvolvidos os POPs, essenciais para o manejo seguro dos medicamentos na instituição. Esses documentos contemplam todas as etapas do ciclo e foram estruturados em seis POPs específicos: Recebimento e Armazenamento de Medicamentos; Controle de Estoque e Validade; Administração de Medicamentos; Medicamentos Sujeitos a Controle Especial; Descarte de Medicamentos Vencidos ou Inutilizados; Aquisição e Planejamento de Compras de Medicamentos.

Todos os materiais foram entregues à gestão da ILPI, com o objetivo de subsidiar a implementação e sustentabilidade das ações recomendadas, em conformidade com as diretrizes da ANVISA, sendo as principais normas utilizadas a Portaria nº 344/1998, RDC 222/2018, RDC nº 283/2005 e RDC nº 67/2007, e do Ministério da Saúde. Acredita-se que a implementação das sugestões apresentadas oportuniza benefícios significativos tanto para a instituição quanto para os residentes, incluindo a redução de desperdícios e perdas por vencimento, maior segurança na administração dos medicamentos e diminuição do risco de erros ou trocas. Além disso, a organização do ambiente de trabalho se torna mais eficiente, facilitando a rotina da equipe e contribuindo para um serviço mais seguro e consistente, o que fortalece a confiança das famílias e da comunidade na qualidade do cuidado oferecido.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a ILPI não esteja legalmente obrigada a cumprir integralmente todas as normas sanitárias da ANVISA, tais diretrizes constituem referência técnica dos mais elevados padrões de segurança e qualidade assistencial. A adoção dessas práticas fortalece a organização dos processos, amplia a segurança sanitária e contribui para um cuidado mais eficiente aos idosos, população que, em sua maioria, faz uso contínuo e concomitante de múltiplos medicamentos.

De acordo com o diagnóstico realizado, foram identificadas fragilidades no armazenamento, controle de estoque e administração de medicamentos, bem como na padronização de processos e capacitação da equipe, evidenciando ausência de registros formais, controle sistemático de validade e temperatura, identificação individualizada e protocolos operacionais definidos, o que impacta a organização, a rastreabilidade e a segurança do cuidado aos residentes.

Nesse contexto, os achados foram organizados em quatro eixos principais: armazenamento dos medicamentos; controle de estoque; administração dos medicamentos; e padronização de processos e capacitação da equipe. A seguir, cada eixo é apresentado de forma sistematizada, com a indicação dos pontos que necessitam aprimoramento e das respectivas estratégias práticas para sua implementação.

Armazenamento dos medicamentos

A avaliação identificou que os medicamentos estavam organizados de forma geral, sem separação e identificação individual por paciente, e que o ambiente de armazenamento ainda não contava com controle diário de temperatura e umidade. Também foi observado que os medicamentos sujeitos a controle especial não estavam armazenados separadamente nem possuíam registro formal de movimentação, e que o descarte de produtos vencidos ocorria sem um procedimento padronizado. Ressalta-se que tais situações são recorrentes em instituições que não dispõem de equipe técnica específica, sendo possível, contudo, a adoção de medidas simples e viáveis para sua adequada resolução e implementação.

Para aprimorar a organização dos medicamentos, recomenda-se a individualização por paciente, separando-os em caixas, *blisters* ou recipientes identificados com nome e dados do idoso. Essa prática facilita o manejo diário, reduz a possibilidade de trocas e aumenta significativamente a segurança no processo de administração (Anvisa, 2013; Ferreira; Santos, 2021).

É importante adotar um controle adequado do ambiente de armazenamento, instalando um termômetro no local e registrando diariamente a temperatura. Os medicamentos devem permanecer entre 15°C e 30°C, protegidos da luz direta, umidade e calor excessivo, garantindo a manutenção da sua qualidade e eficácia (Anvisa, 2017; Anvisa, 2019; Oliveira *et al.,* 2018).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

No que se refere ao armazenamento de medicamentos sujeitos a controle especial, a legislação sanitária brasileira estabelece a obrigatoriedade de guarda sob chave quando há dispensação farmacêutica, conforme disposto na Portaria nº 344/1998. Entretanto, no contexto das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), nas quais não ocorre dispensação direta ao público, mas apenas o armazenamento e a administração dos medicamentos prescritos aos residentes, a exigência legal de armário exclusivo e trancado não se configura como obrigatória. Ainda assim, recomenda-se fortemente a adoção dessa prática como medida de segurança sanitária, visando prevenir desvios, uso indevido, erros de administração e garantir maior controle sobre medicamentos de maior risco.

Por fim, para o descarte de medicamentos vencidos ou inutilizados, sugere-se a criação de um procedimento simples baseado na RDC 222/2018. Deve-se separar esses resíduos, acondicioná-los em recipiente específico e encaminhá-los ao descarte correto sempre que possível, podendo ser entregues nas farmácias de origem do medicamento, evitando riscos ambientais e garantindo a segurança de todos (Anvisa, 2018; Pereira e Almeida, 2019).

A ILPI deve elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), conforme preconizado pela RDC nº 222/2018 da ANVISA. A rotina medicamentosa gera resíduos enquadrados como resíduos de serviços de saúde, tais como medicamentos vencidos, sobras de fracionamento, embalagens contaminadas, materiais perfurocortantes e insumos utilizados na administração. A ausência de um PGRSS compromete a segurança ambiental, ocupacional e sanitária, além de configurar não conformidade legal. Portanto, o PGRSS deve contemplar as etapas de segregação, acondicionamento, identificação, armazenamento temporário, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, com definição clara de responsabilidades.

Controle de estoque

A análise do controle de estoque revelou a ausência de um sistema formal para registrar entradas, saídas e devoluções de medicamentos, bem como a inexistência de uma rotina definida para a conferência periódica dos itens armazenados. Observou-se a ausência de controle sistemático de prazos de validade, favorecendo a permanência de produtos vencidos no estoque, além de um processo de aquisição que não seguia planejamento baseado no consumo real da instituição. Esses aspectos, apesar de comuns em ambientes com estrutura reduzida, reforçam a necessidade de padronização para garantir maior segurança, organização e continuidade dos tratamentos.

Para aprimorar o controle de estoque, recomenda-se a criação de um registro simples das movimentações dos medicamentos, por meio de uma planilha contendo informações como nome do profissional responsável pela retirada, horário e finalidade. Além disso, é importante limitar o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

acesso ao estoque apenas aos colaboradores devidamente autorizados, garantindo maior segurança e rastreabilidade (Anvisa, 2009; Silva *et al.,* 2020).

Outra medida essencial é a realização de uma conferência mensal do estoque. Definir um dia fixo para essa atividade contribui para a organização e permite identificar eventuais discrepâncias, produtos faltantes ou itens em quantidade excessiva, assegurando um controle mais preciso (Anvisa, 2019; Brasil, 2013; Carvalho *et al.,* 2019; Carvalho *et al.,* 2020).

Quanto ao processo de compras, recomenda-se que seja realizado um planejamento baseado no consumo médio mensal da instituição. Essa abordagem evita aquisições desnecessárias, reduz desperdícios e contribui para manter o fluxo adequado de abastecimento. No caso dos medicamentos disponibilizados pela Farmácia de Minas, é igualmente importante manter um controle sistemático das necessidades mensais, garantindo que as solicitações sejam feitas dentro dos prazos estabelecidos pelo município e que o recebimento seja devidamente conferido e registrado. Esse acompanhamento favorece a continuidade do tratamento dos residentes e auxilia na organização eficiente do estoque institucional (Anvisa, 2019; Brasil, 2013; Souza *et al.,* 2020).

Por fim, o controle de validade deve ser reforçado pela organização dos medicamentos conforme o método FEFO *(First Expired, First Out),* primeiro que vence, primeiro a sair, aliado à realização de inspeções mensais das datas de validade. Esse cuidado reduz perdas por vencimento e garante que os medicamentos utilizados estejam dentro do prazo adequado para uso seguro. (Anvisa, 2019; Brasil, 2013; Gomes *et al.,* 2021).

Administração dos medicamentos

Na etapa de administração dos medicamentos, observou-se a ausência de identificação individualizada no momento do preparo e oferta das doses, o que pode dificultar a rastreabilidade e aumentar o risco de trocas ou erros. Além disso, os registros eram feitos de forma manual, porém sem padronização, o que compromete a organização das informações e a segurança no acompanhamento das terapias dos residentes.

Para tornar a administração de medicamentos mais segura, recomenda-se a preparação de kits individualizados para cada idoso, organizando diariamente, ou semanalmente, conforme a rotina da instituição, as doses em embalagens devidamente identificadas. Essa prática facilita o manejo pelos profissionais e diminui o risco de trocas entre pacientes (Anvisa, 2013; Moura *et al.,* 2020).

Observa-se que, na prática assistencial em ILPI, o fracionamento de medicamentos ocorre frequentemente para adequação das doses prescritas aos residentes. Quando realizado de forma inadequada, esse processo pode resultar na perda das informações essenciais do produto, como número do lote e prazo de validade, comprometendo a rastreabilidade e a segurança do

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

tratamento. De acordo com a RDC nº 67/2007, o fracionamento deve manter a identificação do medicamento, incluindo nome, concentração, lote, validade e fabricante. A ausência desses dados representa risco sanitário, especialmente em situações de eventos adversos, recolhimentos de lotes ou falhas terapêuticas, sendo necessária a padronização desse processo na instituição.

É importante implementar uma ficha padronizada para registrar cada administração, contendo data, horário e a assinatura do profissional responsável. Esse registro sistemático contribui para a organização das informações e para o acompanhamento seguro das terapias. Sempre que possível, sugere-se também a adoção da dupla conferência, em que dois profissionais verificam rapidamente o medicamento antes da administração. Essa simples etapa adicional reduz significativamente a ocorrência de erros e fortalece a segurança no cuidado oferecido (Anvisa, 2013; Moura *et al.,* 2020).

A documentação sistemática da rotina medicamentosa em prontuário individual de cada residente é fundamental para garantir a rastreabilidade, segurança e continuidade do cuidado. Devem ser registrados a prescrição médica, horários de administração, doses, vias, responsáveis pela administração, intercorrências, reações adversas e eventuais suspensões ou ajustes terapêuticos. Essa prática está alinhada aos princípios da assistência integral à saúde do idoso, conforme preconizado pela RDC nº 283/2005, além de favorecer auditorias, inspeções sanitárias e a comunicação entre a equipe multiprofissional.

Padronização de processos e capacitação da equipe

A avaliação apontou que a equipe ainda carecia de treinamentos formais específicos sobre o manejo de medicamentos e que a ILPI não dispunha de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para orientar e padronizar as atividades, o que pode gerar variações nas práticas e aumentar o risco de inconsistências no cuidado.

Para fortalecer a atuação da equipe, recomenda-se a realização de treinamentos periódicos, contemplando temas essenciais como armazenamento adequado, controle de estoque, segurança na administração e descarte correto de medicamentos. Capacitações simples, objetivas e voltadas à prática cotidiana contribuem para aprimorar a confiança dos profissionais e padronizar condutas importantes para o cuidado seguro (Anvisa, 2013; Brasil, 2013).

Também é fundamental elaborar e implantar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), utilizando aqueles já desenvolvidos no estudo como base. Os POPs orientam cada etapa do processo e garantem que todos os colaboradores executem as atividades da mesma forma, reduzindo variações e aumentando a confiabilidade dos procedimentos internos (Anvisa, 2013; Brasil, 2013).

Além disso, para a organização dos processos, recomenda-se a elaboração de um organograma institucional que inclua todos os profissionais que utilizam ou têm acesso ao

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ambiente destinado ao armazenamento e preparo de medicamentos, mesmo que este não seja caracterizado formalmente como farmácia. Esse organograma deve contemplar enfermeiros, técnicos de enfermagem, cuidadores, médicos, responsáveis técnicos e gestores, com a descrição clara das atribuições e responsabilidades de cada função no ciclo do medicamento. Essa medida contribui para a organização dos processos, prevenção de erros, definição de fluxos operacionais e fortalecimento da governança sanitária da instituição.

Incentivar uma cultura de segurança é um passo essencial. Isso inclui orientar os funcionários a esclarecerem dúvidas sempre que necessário e a comunicarem qualquer situação que fuja da rotina esperada. Uma equipe que se sente segura para relatar e dialogar constrói um ambiente mais organizado, colaborativo e centrado no bem-estar dos residentes.

E, finalmente, embora a legislação não exija a presença permanente de um profissional farmacêutico em ILPI que não realiza dispensação de medicamentos, a assessoria farmacêutica periódica configura uma estratégia relevante para a garantia da qualidade do serviço. A atuação desse profissional pode contribuir para a avaliação dos processos de armazenamento, fracionamento, controle de validade, padronização de medicamentos, capacitação da equipe, análise de interações medicamentosas e prevenção de erros. Dessa forma, mesmo na ausência de vínculo permanente, a consultoria farmacêutica periódica fortalece a segurança do paciente e a conformidade regulatória da instituição.

4. CONSIDERAÇÕES

Como resultado final das ações desenvolvidas, foram elaborados e entregues à gestão da ILPI os Procedimentos Operacionais Padrão essenciais para garantir a segurança em todo o ciclo do medicamento, contemplando desde o recebimento até o descarte, em conformidade com as normas sanitárias vigentes e com as boas práticas de armazenamento, controle e administração. Além disso, foi apresentado o relatório final intitulado “Relatório de Adequações para a Gestão Segura de Medicamentos na ILPI”, reunindo orientações técnicas e operacionais destinadas à padronização dos processos internos e à promoção do uso racional de medicamentos no contexto institucional. Essas entregas representam um avanço significativo na organização das rotinas assistenciais e reforçam o compromisso da instituição com a qualidade do cuidado prestado.

A implementação das sugestões propostas tende a promover benefícios relevantes tanto para a instituição quanto para os residentes, incluindo maior segurança na administração dos medicamentos, redução de desperdícios e perdas por vencimento, além da diminuição do risco de erros ou trocas. A organização adequada do ambiente de trabalho também contribui para tornar a rotina da equipe mais eficiente, segura e consistente, fortalecendo a confiança das famílias e da comunidade no cuidado oferecido pela ILPI. Importa destacar que a instituição já demonstra um

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

compromisso evidente com o bem-estar dos idosos, e as melhorias sugeridas buscam apenas fortalecer e aperfeiçoar práticas que já vêm sendo desenvolvidas com dedicação.

Por fim, reforça-se que todas as adequações propostas podem ser implementadas de maneira gradual, conforme o ritmo e as condições da instituição, assegurando uma transição segura e adaptada à sua realidade. A ILPI poderá contar com o apoio contínuo dos discentes e docentes do Estágio Supervisionado do curso de Farmácia, que permanecem à disposição para acompanhar a execução das ações, oferecer orientações técnicas e colaborar nos processos de capacitação, organização e monitoramento. Essa parceria visa consolidar um processo de melhoria contínua, ampliando a qualidade do cuidado e fortalecendo a segurança no uso de medicamentos no ambiente institucional.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Guia de Armazenamento de Medicamentos**. Brasília: Anvisa, 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br. Acesso em: 21 out. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **RDC nº 20, de 5 de maio de 2011**. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos de uso sob prescrição médica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 maio 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 29 mar. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **RDC nº 304, de 17 de setembro de 2019.** Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009**. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento de farmácias e drogarias. Diário Oficial da União, Brasília, 18 ago. 2009.

ALMEIDA, T.; FERREIRA, D. Organização de fármacos em asilos: práticas e benefícios. **Saúde e Gestão**, v. 15, n. 1, p. 58-64, 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). **RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Regulamento técnico para o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Boas Práticas para Estocagem de Medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Assistência Farmacêutica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Crescimento da população idosa brasileira expõe urgência de políticas públicas para combater violações e desigualdades**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/crescimento-da-populacao-idosa-brasileira-expoe-urgencia-de-politicas-publicas-para-combater-violacoes-e-desigualdades. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Crescimento da população idosa traz desafios para a garantia de direitos**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/crescimento-da-populacao-idosa-traz-desafios-para-a-garantia-de-direitos. Acesso em: 19 nov. 2024.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 27, p. 232-235, 2010.

CARVALHO, J. *et al.* Intervenções farmacêuticas e redução de erros de medicação. **Journal of Geriatric Medicine**, v. 14, n. 3, p. 255-260, 2020.

CARVALHO, L. M.; LIMA, R. C.; OLIVEIRA, G. P. Gestão de estoques de medicamentos em instituições de longa permanência: desafios e estratégias. **Revista de Administração em Saúde**, v. 21, n. 2, p. 1–10, 2019.

CORRER, J. C.; OTUKI, M. F.; SOLER, O. Assistência farmacêutica integrada ao processo de cuidado em saúde: gestão clínica do medicamento. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 2, n. 3, p. 1-8, 2011.

DE OLIVEIRA ARAÚJO, Claudia Lysia et al. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. História da Enfermagem: **Revista Eletrônica (HERE)**, v. 1, n. 2, p. 250-262, 2010.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues; THOMAZINI, Maria Clara; BALDASI, Marcos Vinicius Soler. A institucionalização do idoso em decorrência do abandono familiar: O envelhecimento populacional e a precariedade do acolhimento estatal. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 10, n. 2, p. 147-179, 2022.

FERREIRA, P. N.; SANTOS, A. F. Segurança medicamentosa em instituições geriátricas: impacto da organização e identificação dos medicamentos. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 42, p. 1–8, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. C.; TEIXEIRA, R. S.; MENDONÇA, J. A. Aplicação do método FEFO na gestão de estoques farmacêuticos hospitalares: resultados e impacto econômico. **Revista de Gestão em Saúde**, v. 13, n. 1, p. 45–53, 2021.

GONÇALVES, L.; SOUZA, R. A importância do farmacêutico nas ILPIs. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, p. 410-418, 2021.

GUTTIER, M. C. *et al*. Dificuldades no uso de medicamentos por idosos acompanhados em uma coorte do Sul do Brasil. **Rev. bras. epidemiol**., v.26, 10 mar. 2023.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LIMA-COSTA, M. F. *et al.* Socioeconomic position and health in a population of Brazilian elderly: the Bambuí Health and Aging Study (BHAS). **Rev Panam Salud Pública**, v. 13, p. 387-94, 2003.

MARTINS, R. F.; LOPES, S. P.; NASCIMENTO, J. A. Controle e segurança no uso de medicamentos sujeitos a controle especial em instituições de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 2, p. 1–9, 2020.

MOURA, L. P.; RIBEIRO, D. S.; ALMEIDA, M. F. Identificação e registro de administração de medicamentos em ILPIs: impactos na segurança do paciente idoso. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, supl. 2, p. 1–10, 2020.

OLIVEIRA, M. G.; SOUZA, R. C.; ALVES, L. H. Impacto do controle de temperatura no armazenamento de medicamentos em unidades de saúde. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 9, n. 3, p. 41–49, 2018.

OLIVEIRA, Mirna Poliana Furtado. Assistência Farmacêutica a idosos institucionalizados do Distrito Federal. [*S. l.: s. n.*], 2008.

PEREIRA, C. F.; ALMEIDA, J. R. Gerenciamento e descarte de medicamentos vencidos em serviços de saúde: práticas e desafios. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 4, p. 105–118, 2019.

PIVETA, Lenita Nunes et al. Armazenamento e descarte de medicamentos por acadêmicos da área da saúde de uma universidade pública paranaense. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 36, n. 1, p. 55-66, 2015.

SILVA LISBOA, U. Cuidados e Atenção para o Uso de Medicamentos por Idosos. **InformaSUS-UFSCar**, 2020.

SILVA, M. C.; ROCHA, F. P.; LOPES, A. M. Controle de acesso e rastreabilidade na gestão de medicamentos: uma abordagem em instituições geriátricas. **Revista de Farmácia Hospitalar**, v. 11, n. 1, p. 23–31, 2020.

SIMONE, D. R.; VALE, M. A. S.; BRITO, M. J. M. Desafios para o cuidado farmacêutico na Atenção Primária à Saúde. **Physis**, v. 31, n. 3, p. 1-10, 2021.

SOUZA, A. L.; MENDES, R. J.; GOMES, C. R. Planejamento e aquisição racional de medicamentos em instituições públicas: uma revisão sistemática. **Revista de Administração Pública e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 33–42, 2020.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.